

ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DE TURISMO E LAZER EM CIDADES PEQUENAS: OBJETIVOS, PROPOSTAS-PROGRAMAS E DIRETRIZES.

André Riani Costa Perinotto¹

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi elaborar um esboço de proposta com o intuito de iniciar o processo de planejamento do turismo em municípios de pequeno porte, mas de grande potencial. Definem-se os objetivos, diretrizes e algumas propostas. Através de referências ao lazer, turismo, turismo no meio rural e turismo sustentável buscou-se demonstrar que é viável o desenvolvimento do turismo em municípios de pequeno porte, desde que se fundamente no paradigma da sustentabilidade.

Palavras-chave: Turismo sustentável, cidades de pequeno porte.

ABSTRACT

TOURISM AND LEISURE IN SMALL CITIES: DEVELOPMENT OF STRATEGIES, OBJECTIVES, PROGRAMS AND BASES.

The main purpose of this research was to elaborate a sketch of proposals in order to start the process of planning the tourism in small dimension cities with big touristic potential. It is defined the objectives, bases and some proposals. Through references to the leisure, tourism, tourism in the rural environment and sustainable tourism we tried to demonstrate that the development of the tourism is viable in small cities since that it is based on the paradigm of the sustainability.

Keywords: *sustainable tourism; small cities.*

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa foi elaborar um esboço de proposta com o intuito de iniciar o processo de planejamento do turismo em cidades de pequeno porte, mas de grande potencial. Partiu-se de um diagnóstico qualitativo suficiente para definir objetivos, diretrizes e algumas propostas segundo as dimensões, ou “pilares”, do desenvolvimento sustentável apontadas por Sachs (2004).

Portanto, é de extrema importância a elaboração de uma pesquisa como a que se propõe, pois esta oferecerá informações e dados que poderão fundamentar futuras intervenções municipais públicas e privadas no setor turístico, uma das opções de

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP); Especialista em Docência para Ensino Superior em Turismo e Hotelaria (SENAC/SP); Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) Júlio de Mesquita Filho. Docente e Chefe do curso de Turismo da UFPI (universidade Federal do Piauí).
e-mail: perinotto@ufpi.edu.br

desenvolvimento para cidades de pequeno porte. Há necessidade de se ativar e dinamizar a gestão turística natural das cidades (pública e privada), redirecionando o uso desordenado do meio.

A seqüência da pesquisa aqui proposta enfatiza os fatores como sustentabilidade, destacando-se bases teóricas e conceitos, tais como: lazer; turismo; turismo no meio rural; impactos ambientais; desenvolvimento sustentável, planejamento e turismo sustentável.

DESENVOLVIMENTO

Lazer

Segundo Camargo (1998), a designação de lazer, em latim “*licere*”, significa ser permitido. Surgiu com a civilização greco-romana, refletindo o ideal do homem livre, expressão máxima do ser humano, priorizando as funções ligadas às artes, às letras, aos exercícios físicos, à filosofia e ao intelecto.

As primeiras noções de lazer estavam relacionadas ao ócio, uma das grandes virtudes enfatizadas na Antigüidade, pelos gregos. Esse sentido de lazer como contemplação significava também representatividade das classes ociosas (pequena parcela de homens livres), em contrapartida às classes responsáveis pelas tarefas servis. Termos como lazer e ócio confundem-se numa analogia preconceituosa contra o lazer, ainda, nos dias de hoje. Por possuírem significados distintos, julga-se necessário emprestar as palavras de Requixa (1974, p.20): “(...) o ócio deve ser entendido como um não fazer, ao passo que o lazer, antes de tudo, é reconhecido com uma ocupação, um fazer”.

A partir da modernidade, o termo lazer passa a ser vinculado à dimensão tempo. A Revolução Industrial impulsiona a implantação do modo de produção capitalista e o crescimento dos centros urbanos, definindo novos rumos ao trabalho e ao lazer propriamente dito.

Marcellino (1998) remete aos tipos de abordagens que podem acarretar uma visão funcionalista do lazer, a seu ver, acentuadamente conservador, em busca de uma harmonia e paz social e, por conseguinte, uma manutenção da ordem e da produção.

Na visão romântica, Schimidt (1993 *apud* MARCELLINO, 1998), enfatiza os valores tradicionais como família, religião na sociedade e à nostalgia do passado.

Na visão moralista, defronta-se com autores que possuem uma abordagem motivada pela ambigüidade em relação ao lazer, como Requixa (1974 *apud* MARCELLINO, 2000) que avalia o tempo livre como espaço de produção singular diante dos valores da sociedade. Gaelzer (1982 *apud* MARCELLINO, 2000) fala por sua vez de lazer construtivo, do caráter da particularidade essencial e primordial, para a tranqüilidade, ordem e segurança social.

Dumazedier (1973) coloca a visão compensatória, cuja ênfase está na compensação das atividades de lazer. Os autores fragmentam assim a questão, o contraste entre o trabalho alienado, mecânico especializado das sociedades atuais e as devidas realizações individuais dos operários. Vê-se o lazer como ganho para suprir as insatisfações de um trabalho mecanicista que, na maioria das vezes, promove a falta de consciência social, política, cultural. Pode-se entender a utilitarista (ênfase no homem utilitário para o desenvolvimento) como a redução do lazer, a recuperação da força de trabalho, ou a um instrumento de desenvolvimento.

Rodrigues (1997), em seus estudos, defende a necessidade de entender e conceituar ócio e lazer. Afirma que ócio é não fazer nada enquanto lazer supõe o

consumo do tempo com alguma atividade. Se a sociedade capitalista cria a necessidade do consumo do tempo livre, o ócio foi gradativamente expropriado dela.

Os autores, de uma maneira geral, possuem como critério de referência o conceito adotado pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier:

O lazer é um conjunto de ocupações as quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda desenvolver sua informação e formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1973 p. 34).

Uma das funções do lazer é desenvolver a personalidade em prol do enriquecimento vital das pessoas e, neste sentido, os objetivos do lazer e da educação se harmonizam.

Lazer pode ser: ler um livro em casa, ver televisão, se entreter em uma atividade em sua localidade de residência fixa etc.

Dumazedier (1973) cita três funções do lazer:

1. O descanso, que libera a fadiga;
2. A diversão, que libera o aborrecimento;
3. O desenvolvimento da personalidade, que libera os limites que impõem o meio social, o ambiente cultural e a especialização técnica.

Diferentemente do turismo, o conceito de lazer é bem mais amplo, ou seja, abrange a atividade turística como lazer, pois todos deveriam ter direito ao lazer, contudo, o turismo utiliza o lazer como potencial atrativo para determinada demanda de um público-alvo.

O turismo é a forma mais “completa” e abrangente de lazer, pois reúne as características essenciais das três funções citadas anteriormente por Dumazedier, sendo que a viagem descansa e diverte e, ao mesmo tempo, contribui para o desenvolvimento pessoal, por meio da interação entre pessoas de ambientes e realidades diferentes.

Turismo

A viagem é a essência do turismo, explica Vieira (1997), isto é, o sair e voltar são dois momentos necessários que constituem o *turistear*. Turismo, do francês *tour*, significa dar um giro, dar uma volta e tem seu equivalente em inglês *turn* e no latim *tornare*. Isso quer dizer que em um giro há um deslocamento e, conseqüentemente, volta para o ponto de partida. Este ir e voltar se diferencia dos deslocamentos definitivos, e mesmo dos migratórios, adquirindo características próprias. É, sobretudo, um tempo relativamente curto utilizado com atividades prazerosas e pré-estabelecidas. Compreende, portanto, o lazer (tempo livre).

O turismo, sob o olhar holístico de Jafari (1972 *apud* BENI, 1998) é

O estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sócio-cultural da área receptora.

Para McIntosh (1974 *apud* BENI *op. cit*): “Turismo pode ser definido como a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e cortesmente satisfazer suas necessidades e desejos”. Ainda, de acordo com Ferreira (1975), Estudos Geográficos, Rio Claro, 6(2): 1-16, 2008 (ISSN 1678—698X)

turismo constitui-se em viagem ou excursão feita por prazer, a locais que despertam interesse ou o conjunto dos serviços necessários para atrair aqueles que fazem turismo e dispensar-lhes atendimento por meio de provisão de itinerários, guias, acomodações, transporte, etc.

Em 1963, a Organização Mundial do Turismo (OMT) definiu turismo como a “soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais” (BENI, 1998, p. 46).

Outro elemento essencial para definir o turismo é todo o arcabouço, toda a preparação envolvida para sua realização. Para que uma pessoa possa viajar existe toda uma equipe que faz o planejamento e se envolve nas atividades do receptor e que presta serviços no local; da que providencia vias de acesso, dos serviços básicos, alojamento, alimentação, recreação etc.

Trigo (1993) ressalta que não se pode analisar o fenômeno turístico fora do contexto que envolve cultura, arte, preocupação com a qualidade de vida e lazer, inseridos na dinâmica e complexidade pós-industrial. Define as sociedades pós-industriais como aquelas que, a partir da década de 50, desenvolveram uma alta tecnologia, particularmente nos países desenvolvidos, que possuem uma economia marcada pelo crescimento do setor terciário e por um parque industrial informatizado.

Para Luchiarri (1997, p.41), “os turistas estão preocupados com a região em si, seu crescimento acelerado e desordenado, mas não pensam especificamente no bem estar das comunidades locais e sim na conservação daquele para ser utilizado como recurso de lazer”. Segundo Krippendorf (1989, p. 191), “a população local deve participar no desenvolvimento turístico em seu espaço, para não se posicionarem como invadidos”, prejudicando sua qualidade de vida.

Krippendorf (1989) salienta que os hábitos do homem frente ao lazer móvel (turismo), não diferem de um país para outro e que a motivação de viagem mais difundida atualmente é o desejo de fuga das realidades cotidianas, ou seja, a quebra das rotinas, particularmente as vivenciadas nos espaços urbanos. O turista busca no espaço, imagens e ícones diferentes do seu cotidiano.

Acerenza (2002) aponta o turismo como um dos fatores do desenvolvimento, pois o turismo passa a colaborar para que sejam alcançadas algumas metas não só no campo econômico, mas também no campo social, cultural e, inclusive, político. Essas metas são:

➤ No campo econômico: melhoramento da balança orçamentária (captação de divisas resultante do desenvolvimento do turismo internacional. Porém, o turismo também pode contribuir para esse alcance ao diminuir a saída de divisas por meio de estímulo ao turismo interno); incremento do produto interno (originado no gasto dos turistas); redistribuição de renda (por meio do turismo nacional atingindo os diferentes estratos populacionais); impulso a zonas e regiões de menor desenvolvimento (em virtude das amplas possibilidades que oferece nesse sentido, pelo transporte de recursos econômicos relativo em um determinado lugar).

➤ No campo social: geração de empregos produtivos (pode ser considerada tanto econômica quanto social, pelo fortalecimento das unidades produtoras do “setor”, quer dizer, o desenvolvimento das empresas turísticas em toda sua gama e modalidades diferentes, gerando empregos diretos e muitos indiretos); descanso e esparecimento da população (no que se refere ao lazer como direito da sociedade);

➤ No campo cultural: proteção do patrimônio histórico-cultural (para se ter como atrativo e recurso potencial, além de poder revitalizar tradições culturais e protegê-las); melhora do nível educacional da população local (todos querem ser bem recebidos em suas viagens e, além disso, poder proporcionar oportunidades de emprego na recepção e informação aos visitantes).

➤ No campo político: integração nacional (intercâmbio de culturas, deslocamento interno de renda, assim podendo atingir uma identidade e integração nacional da população em prol de objetivos de desenvolvimento comuns); projeção e melhoria da imagem do país no exterior; salvaguarda da soberania e da segurança nacional (ajuda a reafirmar especialmente em zonas fronteiriças ou em regiões pouco povoadas de um país).

Os atrativos turísticos foram definidos por Allievi (*apud* SÃO PAULO, 1997), em colaboração com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, como “elemento que motiva a visita turística; pode ser natural (paisagens, rios, cachoeiras etc.) ou cultural (museus, festas tradicionais, construções de valor artístico e histórico etc.)”. Ainda, de acordo com Beni (1998) atrativo é, “todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los”.

Para países como o Brasil, o turismo, em uma nova concepção estratégica, deve ser entendido como um conjunto de bens e serviços que promovam o desenvolvimento socialmente justo e economicamente equilibrado em nível local e regional, integrando o desenvolvimento urbano e rural e criando um processo de desenvolvimento econômico diversificado. Manter, valorizar e proteger as paisagens naturais e sua diversidade biológica, assim como o patrimônio histórico-cultural, é a base essencial para o desenvolvimento responsável do turismo, contribuindo para a sua manutenção em longo prazo (SALVATI, 2002). Porém, segundo Beni (1998), a preocupação em definir uma Política Nacional de Turismo (PNT) só apareceu em 1977, com a publicação de um documento que passou a regulamentar esta atividade a partir das seguintes políticas:

- Proteção ao patrimônio natural;
- Divulgação e promoção dos valores culturais;
- Incentivo ao turismo interno;
- Estímulo ao turismo do exterior para o Brasil;
- Promoção;
- Recursos humanos;
- Apoio à entrada de divisas;
- Apoio à hotelaria (todos os aspectos);
- Apoio às agências de viagens e turismo.

Turismo no meio rural

O turismo vem crescendo e alcançando novos locais de práticas, dentre eles o meio rural, que visa atender, principalmente, pessoas de grandes centros urbanos que, atraídas pela natureza e a simplicidade do campo, procuram tranquilidade, paz, ar puro, belezas naturais, atividades motoras e esportes radicais, explorações científicas e outras formas de promover o lazer e o entretenimento. No meio rural, ganhou ainda mais força com

a insuficiência dos recursos governamentais direcionados ao setor agropecuário tornando-se mais escassos porque são destinados de maneira contraproducente e paternalista, alimentando burocracias improdutivas e perpetuando a dependência que os agricultores têm do Estado, acentuando assim ainda mais estes problemas econômicos no campo. (CASTANHEIRA, 2001, p. 37).

Várias práticas diferentes de atividades turísticas podem difundir-se, no meio rural, assim como o turismo rural, ecoturismo, turismo de aventura, turismo científico e outros.

Os principais apelos do turismo no meio rural estão ligados à tranquilidade, paz, contato com a natureza e a observação passiva da flora, da fauna, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno, os estudos científicos, com o contato com a vida no campo, do meio rural, a simplicidade, observação participante e interativa com o meio natural com os esportes de aventura e outros apelos que podem vir a ser de atração aos visitantes no meio rural.

Segundo EMBRATUR, Instituto Brasileiro de Turismo, (1994) ecoturismo

... é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Ainda, de acordo com a organização The Ecotourism Society (*apud* SERRANO e BRUHNS, 1997) ecoturismo é "... viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da população local". Representantes do mercado de ecoturismo interpretam como "... toda atividade turística realizada em área natural com o objetivo de observação e conhecimento da flora, fauna e aspectos cênicos (com ou sem o sentido de aventura); prática de esportes e realização de pesquisas científicas" (*apud* SERRANO e BRUHNS, 1997).

O turismo rural diferencia-se das outras formas de turismo no meio rural, devido a estar correlacionado às atividades agrárias, transmitindo ao visitante o ar rural e a paisagem do campo. Visto isso, deve-se diferenciar a naturalidade do local, com a biodiversidade ainda bastante protegida. Esta forma de turismo tem como fundamento o contato e interação do homem dos grandes centros urbanos com o meio rural, por meio dos atrativos históricos e culturais, fazendas da época dos escravos e do áureo período da cafeicultura paulista e brasileira. Tem como objetivo aproximar a população urbana da natureza, promovendo o intercâmbio entre o homem da cidade e o homem do campo; revitalizar na zona rural a melhoria da qualidade de vida, conservando os recursos naturais e reabilitando o patrimônio sociocultural.

Este tipo de turismo não é concebido dentro dos padrões da hotelaria habitual. Ao contrário, tem um clima de informalidade e de absoluta familiaridade. "Cabe ressaltar que o turismo rural é o único segmento do turismo que não existe somente como atividade turística, mas sustenta-se em uma atividade quase tão antiga quanto a civilização, onde o produtor agrega a atividade turística às suas atividades tradicionais" (CASTANHEIRA, 2001).

Uma vivência no campo, talvez resuma em poucas palavras o que buscam as pessoas no turismo rural, em que praticam as atividades do cotidiano no campo, sem se preocupar, convivendo em paz com a natureza local e o ar puro.

A exemplo de outras atividades produtivas, o turismo também produz impactos em seu entorno, pois ele é o resultado de inúmeras atividades e a sua "sustentabilidade precisa ser criada através da re-educação e da re-elaboração de todas as etapas, diretas e indiretas, da cadeia de produção turística" (LEMOS, 1996, p. 29).

O patrimônio ambiental é um elemento essencial para o desenvolvimento turístico (turismo no meio rural). Ele é extremamente frágil e algumas explorações intensivas o alteram, às vezes de forma irreversível. Contudo, é preciso considerar sua utilização para o turismo, para o desenvolvimento socioeconômico de numerosas

regiões. Segundo Trigo (1993), algumas propostas, sugestões e modelos desenvolvidos no sentido de conservar os espaços naturais foram implantados, total ou parcialmente, em algumas regiões dos países desenvolvidos. No entanto, todos apresentam certo grau de dificuldades, devido aos problemas decorrentes da interdisciplinaridade do assunto, que envolve a atuação de especialistas em turismo, geografia, economia, sociologia, ecologia, entre outros, além de representantes da comunidade, empreendedores, interessados no desenvolvimento do turismo, associado à rentabilidade dos seus empreendimentos. As leis de proteção ambiental existem em todos os países; o Brasil possui uma das mais completas do mundo, mas, os desencontros entre a legislação e ação lançam o descrédito sobre uma regulamentação adequada e eficiente no papel, porém, ausente na prática cotidiana.

É por meio de ações mais adequadas, focadas na sustentabilidade (na revisão teórica aqui apresentada e nas propostas ao final deste trabalho) e uma legislação vigente, pode-se aproveitar o turismo em municípios que a economia está mais voltada para o setor rural e que possui, em sua maioria, terras de cunho rural.

Desenvolvimento sustentável, planejamento e turismo sustentável

Sachs (1993) considera o termo *desenvolvimento sustentável* como uma atualização do ecodesenvolvimento usado desde a década de setenta. Sachs (2004) considera também que, para se planejar o desenvolvimento, devem ser consideradas simultaneamente as cinco dimensões, ou “pilares” deste desenvolvimento, que são: social, ambiental, territorial, econômico e político.

- Social: fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de ruptura social que paira, de forma ameaçadora, sobre muitos lugares problemáticos do planeta;
- Ambiental: baseada no duplo imperativo ético da solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras, com suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);
- Territorial: relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
- Econômico: sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;
- Político: a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; pois, a liberdade faz toda a diferença.

Porém, para que existam esses cinco “pilares” do desenvolvimento sustentável há sete critérios de sustentabilidade (SACHS, 2002): social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política.

- Sustentabilidade social: civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa, reduzindo o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais.
- Sustentabilidade cultural: mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição à cópias servis dos modelos alienígenas); autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
- Sustentabilidade ecológica: preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis, ampliação da capacidade dos recursos da Terra; limitação do uso dos recursos não-renováveis ou o consumo de combustíveis fósseis;

redução do volume de resíduos e poluição; autolimitação do consumo material pelos países ricos.

- Sustentabilidade ambiental: respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
- Sustentabilidade territorial: configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhorias do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).
- Sustentabilidade econômica: desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional; deve se tornar possível pela alocação e gerenciamento mais eficientes dos recursos e do fluxo constante de investimentos públicos e privados.
- Sustentabilidade política: definida em níveis nacional e internacional; em relação ao nível nacional: democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão nacional. No nível internacional: eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo na aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), e a gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

O autor (Sachs, 2004) destaca, ainda, que ocorre a materialização do ecodesenvolvimento quando as tecnologias incorporadas, o trabalho alocado e os recursos derivados do processo são provenientes do meio e reinvestidos em benefício dos atores sociais envolvidos de maneira direta. A produção deverá estar centrada na geração de bens e serviços essenciais à vida, negando o caráter acumulativo do modo de produção capitalista.

E como avançar para uma sociedade mais sustentável? A resposta a esta pergunta foi discutida e difundida por Hernandez *apud* Nascimento (2004), que acredita que a participação do cidadão, a descentralização do Estado (que é bem diferente de privatização, porque descentralizar passa a ser no sentido de dar mais poder às decisões locais e regionais, de diminuir o poder “centralizador” do Estado), o respeito às diferenças culturais, e a proteção do meio ambiente são as formas mais eficazes de ação rumo à sustentabilidade da sociedade.

Segundo Strong *apud* Sachs (1993), o mundo não será o mesmo após a segunda Conferência da ONU para o meio ambiente e desenvolvimento humano, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, conhecida como Rio-92. Foi um momento decisivo na busca de uma nova ordem internacional, baseada no desenvolvimento equitativo e na segurança ambiental, o início de um processo para estabelecer as bases de transição para o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento e o meio ambiente estão indissolivelmente vinculados e devem ser tratados

mediante a mudança do conteúdo, das modalidades e das utilizações do crescimento. Três critérios fundamentais devem ser obedecidos simultaneamente: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. (Strong *apud* SACHS 1993).

A transformação do espaço em produto turístico requer uma crescente racionalidade devido à competitividade, que se dá, atualmente, até em escala global. Essas racionalidades e competitividades, que afetam a organização de todos os setores produtivos, como forma de adequação e sobrevivência a um mercado globalizado, fazem do planejamento territorial uma condição do sucesso de planos e políticas setoriais.

Segundo Lombardo (1963 *apud* RODRIGUES, 1999) planejar é escolher os melhores meios para se obter determinados objetivos. Um dos objetivos do processo de planejamento e de uma gestão que envolva o meio ambiente é assegurar o desenvolvimento econômico e social, baseado na sustentabilidade dos recursos, sempre almejando a melhoria da qualidade de vida de uma população e da natureza. Uma perspectiva deste planejamento seria a preocupação de uma nova postura de desenvolvimento que leva em conta não apenas as potencialidades dos recursos naturais, mas, sobretudo a fragilidade dos ambientes naturais em face das diferentes inserções do homem no meio ambiente, respeitando as legislações ambientais vigentes.

Assim, de acordo com Trigo (1993), o turismo pode trazer inúmeros benefícios para a localidade, se bem conduzido por profissionais qualificados e capacitados para tal processo, por meio de um planejamento territorial abrangendo uma capacidade local e regional, tais como: maior capital de giro, maior oferta de empregos diretos e indiretos, novas fontes de renda para pequenos produtores, criação de novas divisas econômicas, maior preocupação em relação à consciência política e cidadã e ao meio ambiente (sua conservação e proteção), crescimento da visibilidade desta localidade em relação a outras populações por meio do *marketing* turístico etc. Tudo isto demanda ao município responsabilidade de se organizar e planejar o turismo, juntamente com órgãos estaduais, federais, ONGs e também o setor privado, como os proprietários de terras, donos de meios de hospedagem e o setor de alimentos e bebidas, entretenimento, transportes, imobiliários, entre outros.

Todavia, um turismo mal organizado e mal planejado, principalmente no que se refere ao planejamento territorial, pode acarretar vários problemas para o meio, como, por exemplo, o saneamento básico deficitário que, muitas vezes, tem demanda multiplicada significativamente em épocas de alta temporada. Nesses períodos, principalmente os efluentes domésticos atingem números superiores à capacidade instalada dos serviços. Além disso, fica muito difícil organizar a coleta de lixo e locais para seu despejo. Outro exemplo é em relação às trilhas nos atrativos turísticos e em alguns recursos naturais que possuem potencial para serem visitados: deve-se produzir um estudo de capacidade de carga para que a erosão não atinja o local; outro problema acarretado pelo turismo desorganizado é em relação à população nativa que, freqüentemente, é afastada de seu local de moradia pela especulação imobiliária e de sua atividade remunerada original, ficando à margem da economia local, assim não valoriza suas raízes culturais, submetendo-se aos novos valores que são trazidos pelos visitantes e pelos especuladores de mercado.

A crescente importância econômica do turismo é causa e consequência de sua ampliada necessidade de intervenção espacial. Para que o turismo possa acontecer, faz-se necessária a criação de um sistema de objetos, que estão relacionados à

locomoção de pessoas, à sua hospedagem, às suas necessidades de alimentação, capaz de atender à demanda de ações que lhe são próprias do turismo. O conjunto resultante de sobreposição desses sistemas de objetos e de ações (Santos, 1997 *apud* CRUZ, 2002, p. 8) requeridos pelo uso turístico do espaço, distingue o lugar turístico da atualidade dos “outros lugares”.

Portanto, diversas particularidades caracterizam a relação turismo-território no que se refere à produção e ao consumo de territórios pelo turismo. Uma dessas especificidades diz respeito ao fato de o principal objeto de consumo do turismo, ser o espaço, entendido como o conjunto indissociável de objetos e de ações, fixos e de fluxos. Nenhuma outra atividade econômica consome espaço, como faz o turismo e esse é fator importante da diferenciação entre turismo e outras atividades produtivas. “É pelo processo de consumo dos espaços pelo turismo que se gestam os territórios turísticos” (CRUZ, 2002).

A apropriação primitiva de lugares por turistas pode ou não se desdobrar em uma apropriação organizada, ou seja, na inserção dessas localidades entre os destinos turísticos oficiais. O modo como se dá a passagem de uma para outra condição é que vai determinar a qualidade e a intensidade das transformações passíveis de ocorrer nesses territórios devido a seu uso pelo turismo.

Tem-se, do ponto de vista territorial e espacial, uma valorização seletiva dos territórios. “Os territórios são valorizados em função da sua acessibilidade, às vezes em função do *marketing*, que vende a sua imagem, e em função da natureza também, que se for bem vendida, digamos assim, é valorizada” (Becker, 1963 *apud* LEMOS, 1996, p. 184). Este novo significado da natureza está gerando um novo mercado em que os indivíduos não são submetidos ao *marketing* e ao turismo de massa, mas, sim ao desejo de retornar à natureza; o ser humano se insere na natureza sem deformá-la, sem depredá-la excessivamente; quer um retorno à natureza e faz isto em lugares específicos, em pontos seletivos.

Assim, um dos mecanismos mais eficientes para condução da organização do território e do desenvolvimento turístico equilibrado é, sem dúvida, um bom planejamento, que se entende como uma atividade que procura estabelecer condições para evitar ou minimizar os problemas futuros. O planejamento territorial ressalta a importância da soberania, do poder na (re)organização do espaço.

Para tanto, o conceito de turismo sustentável foi desenvolvido para evitar os riscos que a condução inadequada da atividade pode provocar no meio. O turismo sustentável, segundo Krippendorf (1989), é visto como uma triangulação entre destinações, turistas e prestadores de serviço. Para haver este equilíbrio, deve-se proteger a cultura e as características das comunidades receptoras; as paisagens; a economia; o crescimento a longo prazo da atividade turística, que estimulará a qualidade da experiência vivencial buscada pelos visitantes; a compreensão, a liderança e a visão a longo prazo entre os empreendedores.

O turismo sustentável deve, portanto, considerar:

...a gestão de todos os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humano e ambiental são mantidos através dos tempo. (GLOBE'90, 1990).

O desenvolvimento da atividade turística qualificada de sustentável:

...exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de

implementação de projetos, centrado em parceria, co-responsabilidade e participação. (IRVING, 2002).

Para um turismo sustentável, sua implantação e o pleno funcionamento estão intimamente ligados ao planejamento territorial, pois, atuará na organização de planos de manejo de áreas naturais com atrativos turísticos e outras áreas com potencial para tal. O ecodesenvolvimento, definido por Sachs (1993) como “o desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente” também faz parte desta implantação.

Segundo Ruschmann (1991 *apud* RODRIGUES, 1999),

a preservação do meio depende de uma política turística eficaz e deve considerar, entre outros fatores, a condução racional da ocupação territorial pelas facilidades turísticas e equipamentos de lazer e o controle do seu crescimento sem medida, visando resguardar a atratividade e a originalidade das atrações para as gerações futuras.

Além disso, para se promover um relacionamento harmonioso entre turismo e a conservação ambiental, (Ruschmann, 1991 *apud* LEMOS, 1996) recomenda: desenvolver um turismo sustentável ou ecologicamente correto; determinar a capacidade de carga, que deve constituir a base para um planejamento do turismo em áreas com recursos de fragilidade e beleza consideráveis; fazer um zoneamento detalhado dos recursos naturais propícios ao turismo, identificando e classificando as diferentes áreas de acordo com a fragilidade do ecossistema, a fim de estabelecer critérios que irão liberar ou proibir a sua utilização turística; desenvolver uma educação ambiental voltada ao turismo com os turistas e com as comunidades naturais (receptoras); realizar estudos dos impactos ambientais (EIA) e seus respectivos relatórios (RIMA), instrumentos importantíssimos para a conservação dos recursos naturais com potencial turístico; intensificar a fiscalização dos empreendimentos e programas voltados ao turismo e, por fim, capacitar sempre os recursos humanos.

Pode-se, assim, conciliar turismo e meio ambiente, com planejamento e organização territorial.

Reforçando essas considerações, há que se ter em conta que o espaço passa a ser matéria-prima do turismo, com as condições geográficas desempenhando importante papel. As condições naturais, o patrimônio histórico e cultural, os elementos técnico-científicos, a organização econômica e social são os critérios geográficos que intervêm, isoladamente ou em combinações, na produção e localização dos espaços turísticos.

Contraditoriamente, a competitividade entre lugares turísticos, em vez de instigar a valorização à diferença, como a cultura popular local, está gerando padronização e similitude. “Quem quer que costume viajar bastante, já percebeu como vários itens se repetem, numa chamada ‘ordem internacional’ no mundo do turismo” (Yázigi, 1996 *apud* CRUZ, 2002 p.158). As (inquietantes) semelhanças paisagísticas entre lugares produzidos pelo turismo revelam que há algo de internacionalmente ordinário nesses lugares (Urry, 1996 *apud* CRUZ, 2002) e se há uma tendência nova à diferenciação, promovida por uma divisão internacional dos lugares turísticos, essa tendência ainda está para produzir lugares menos ordinários e quem sabe mais autênticos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Etapas da pesquisa.

- Levantamento e análise de documentações bibliográfica e cartográfica encontradas em bibliotecas, prefeituras municipais, arquivos e afins. (focalizando temas como planejamento territorial; estudo da sustentabilidade e a viabilização da prática do turismo sustentável);

- Compilação e análise dos dados e informações obtidas nas entrevistas (análise integrada campo-gabinete) e espacialização dos resultados;

Análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*) (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e riscos). Segundo Ghemawat (2000) a SWOT começou a ser desenvolvida nos anos 60, nas escolas americanas de administração. O objetivo inicial era focalizar a combinação das “forças e fraquezas” de uma organização com as “oportunidades e riscos (ameaças)” provenientes do mercado. Montana e Charnov, (1998 *apud* GHEMAWAT, 2000), explicam que esta abordagem avalia os pontos importantes para o planejamento. São realizadas pesquisas e os resultados obtidos são organizados em uma matriz SWOT. De acordo com Dornelas (2005), atualmente a análise ambiental, baseada na SWOT é um fator fundamental na estruturação de um plano de marketing e turístico que dê o retorno esperado para a localidade. Uma vez identificadas as principais oportunidades e ameaças enfrentadas pela localidade, é possível caracterizar sua atratividade global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a efetivação do turismo como atividade sustentável em cidades pequenas, é preciso a participação da comunidade, porém, tomar cuidado para que não haja rejeição por parte dos moradores e da comunidade local, talvez com medo de perder seus patrimônios naturais. Trabalhar uma maior conscientização local de que o turismo é importante economicamente e ambientalmente, e que a participação dos moradores no desenvolvimento do turismo é muito importante.

O esforço em sensibilização da sociedade para o turismo sustentável é, portanto, essencial para a construção de novos paradigmas de desenvolvimento turístico, envolvendo além da capacitação das comunidades locais, o investimento nas potencialidades de uma região e a discussão dos riscos e benefícios que o turismo pode trazer para um determinado destino. Além disso, temas relacionados à educação, cultura e formas de organização social devem estar incorporados à discussão, de maneira que as comunidades de destino possam se organizar e se qualificar para a gestão do turismo.

Para proporcionar a efetivação do turismo planejado de cunho sustentável e crescente em cidades de pequeno porte, tem-se algumas propostas de manejo observando os princípios e critérios da sustentabilidade apontados por Sachs (2002) e as cinco dimensões do desenvolvimento sustentável definidos pelo mesmo autor (2004).

Segue abaixo uma tabela reflexiva e conclusiva, para visualização explicativa desta pesquisa.

Quadro 1 - Diagrama de decisão do Plano de desenvolvimento turístico de uma cidade de pequeno porte, segundo abordagem território-regional sustentável: Um esboço de pauta para início do processo.

| Objetivos | Diretrizes | Projetos-Propostas |
|--|--|---|
| <p>Sócio-econômico: emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais; desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; deve se tornar possível pela alocação e gerenciamento mais eficientes dos recursos e do fluxo constante de investimentos públicos e privados.</p> <p>Cultural: capacidade de autonomia para elaboração de um projeto integrado e endógeno (em oposição à cópias servis dos modelos alienígenas); autoconfiança combinada com abertura para “exterior”.</p> <p>Ecológico-ambiental: preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis, ampliação da capacidade dos recursos da Terra; redução do volume de resíduos e poluição; respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.</p> <p>Político-territorial: democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão; configurações urbanas e rurais balanceadas; melhorias do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).</p> | <ul style="list-style-type: none"> – Incluir o diagnóstico social e institucional como uma etapa prévia do planejamento turístico; – Estimular a formação e criação de associações comunitárias e empresariais, capacitando-as para planejamento estratégico participativo, elaboração de projetos e captação de recursos, empreendedorismo, formação profissional; – Assegurar recursos orçamentários próprios para investimentos sociais; – Promover encontros de lideranças locais para diagnosticar sobre suas percepções acerca da chegada do turismo, suas necessidades e expectativas; – Estabelecer, de forma consensuada, algumas estratégias de gestão do turismo local; – Apresentar filmes em espaços públicos, que tratem de temas regionais e de valorização da cultura; – Ter e disseminar uma estratégia clara sobre como o turismo pode beneficiar as populações carentes; – Estabelecer parcerias com universidades e operadores turísticos para desenvolver um cronograma regular de cursos e palestras para comunidade em geral, e específicas para empresários e comerciantes, professores, artesãos, líderes de associações etc., tratando de assuntos sobre desenvolvimento turístico como um processo contínuo, dinâmico e participativo; – Distribuir a composição dos conselhos de forma a prover maioria para os setores privados e não-governamentais (ONGs) ; – Estabelecer planos de marketing que tragam ao município o visitante desejável; – Assegurar o compromisso de participação das entidades que manifestaram interesse sob pena de exclusão efetiva do Conselho; – Ter cuidado com entidades com pouca representatividade social – Manter serviços de segurança para inibir práticas não adequadas; – Estabelecer meios eficazes para comunicar as ações e decisões dos Conselhos. – Promover intercâmbios e convidar especialistas para demonstração de casos de sucesso (<i>benchmarking</i>) de outras localidades turísticas (operadoras, prefeituras do entorno, gestores de programas regionais públicos ou privados, promotores de eventos); | <p>Incentivo para Gestão do Turismo e Sensibilização do Visitante ou Plano de Ordenamento Futurista: Promover em parceria com os órgãos competentes nas esferas federal e estadual, a implantação e ampliação de programas de saúde, saneamento, transporte, educação e comunicação nos diversos bairros do município, pois o planejamento deve “vir de baixo para cima”. Melhorar a comunicação, a coordenação e o gerenciamento de recursos integrados com outros setores governamentais - principalmente as Divisões de Cultura e de Meio Ambiente da prefeitura e as Secretarias que compõem o governo municipal, assegurando que recursos e valores turísticos sejam completamente identificados e providos de planejamento.</p> <p>Projeto “Reciclar e Empregar”: iniciativa referente à reciclagem, unificando a sociedade (escolas, poder público e moradores locais) a favor do envolvimento e conscientização, por meio da coleta seletiva, algo interessante, levando em conta a quantidade de lixo de moradores e visitantes que jogam tal material fora.</p> <p>Turismo Pedagógico: oportunidade de vivenciar o ambiente: organização de situações de aprendizagem, relacionadas aos conteúdos curriculares, a valores éticos e estéticos, além de atitudes formativas, tais como o desenvolvimento da capacidade de iniciativa e solidificação de amizades; respeito ao outro e fortalecimento da noção de pertencimento a um grupo ou a um ecossistema; experiência de autonomia; elaboração conjunta de regras de convivência, dentre outras.</p> <p>Gestão da Demanda: uma gestão que possa contribuir para atrair turistas bem informados e ambientalmente sensibilizados, para que possam compreender todo o ambiente natural, social e cultural visitado e os aspectos relativos às férias/viagem/lazer, aumentando sua satisfação como consumidor e o seu próprio respeito para com esses bens, e também, assumindo sua responsabilidade para com sua conservação.</p> <p>Promoção da Área: produzir um planejamento de marketing, solicitar das autoridades, moradores, cientistas e especialistas no ramo de marketing e publicidade, um <i>briefing</i>.</p> <p>Produção de Cluster Turístico Regional: Este projeto de um cluster turístico regional poderia se basear em roteiros para reunir os potenciais atrativos diferentes ou mesmo as atividades de mesmo tipo de atração com uma união entre os municípios próximos do município estudado. O cluster regional funcionaria na medida em que um visitante poderia ficar mais tempo na região e, assim, poderia consumir mais, fazer girar o capital e facilitaria a produção de empregos.</p> <p>Atlas Turístico no contexto regional: Proposta de se produzir um Atlas Turístico em CD, onde se podem alocar dados (físicos, sociais, geológicos, ecológicos e turísticos), com elementos ilustrativos, interativos e animados.</p> |

REFERÊNCIAS

- ACERENZA, M. Á. **Administração do turismo: conceituação e organização.** Tradução de G. R. Hendges. Bauru/SP: EDUSC, 2002. v.1 (Coleção Turis).
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo.** 2. ed. São Paulo/SP: SENAC/SP, 1998. 427p.
- CAMARGO, L. O. L. **Educação para o lazer.** São Paulo/SP: Moderna, 1998.
- CASTANHEIRA, Paulo. A inserção da atividade turística na exploração agropecuária. Turismo no espaço rural brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 3. , 2001. Piracicaba/SP. **Anais do 3º Congresso Brasileiro de Turismo Rural.** Piracicaba/SP: FEALQ. 2001.
- CRUZ, R. de C. Hospitalidade turística e fenômeno urbano no Brasil: considerações gerais. In: DIAS, C. M. de M. (Org). **Hospitalidade: reflexões e perspectivas.** Barueri/SP: Manole, 2002. p.39-56.
- da HORA, A. S. S.; CAVALCANTI, K. B. Turismo Pedagógico: Conversão e Reconversão do Olhar. In: REJOWSKI, M.; COSTA, B. K. (Orgs.). **Turismo Contemporâneo: Desenvolvimento, estratégia e gestão.** São Paulo/SP: Atlas, 2003.
- DORNELAS, J. **Análise de Mercado no Plano de Negócios.** São Paulo/SP: Artigos do Plano de Negócios, 2005.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular.** São Paulo/SP: Perspectiva, 1973.
- DUMAZEDIER, J. **A Revolução cultural do Tempo Livre.** São Paulo/SP: Studio Nobel - Sesc, 1994.
- FERREIRA, A. B. H. (Ed.). **Novo Dicionário de Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro/RJ: Nova Fronteira, 1975.
- GHEMAWAT, P. **A estratégia e o cenário dos negócios: textos e casos.** Porto Alegre/RS: Bookman, 2000.
- GLOBE'90. **Tourism Stream and Action Committee. An action strategy for sustainable tourism development.** Vancouver/BC - EUA, 1990.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR). **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo.** Brasília/DF: Embratur; IBAMA, 1994.
- IRVING, M. A. Turismo, ética e educação ambiental - novos paradigmas em planejamento In: IRVING, M. A. e AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade.** São Paulo/SP: Futura, 2002.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 1989.

LEMOS, A. I. G. Turismo: impactos socioambientais. In: LEMOS, A. I. G. (org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo/SP: HUCITEC, 1996.

LUCHIARI, M. T. Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista. In: RODRIGUES, A. B. (Org). **Turismo Modernidade e Globalização**. São Paulo/SP: HUCITEC, 1997.

MARCELLINO, N. C. **Educação para o lazer**. São Paulo/SP: Moderna, 1998.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. 2.ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2000.

NASCIMENTO, M. A. do. **Planejamento Ambiental para Cidades Pequenas: o caso de Perdões/MG**. 2004. Dissertação (Título de Mestre em Geografia), IGCE, Pós-Graduação em Geografia, UNESP, Rio Claro/SP, 2004.

REQUIXA, R. **As dimensões do lazer**. São Paulo/SP: Sesc, 1974

RODRIGUES, A. B. Turismo Modernidade e Globalização. In: _____ (Org.). **Turismo Modernidade e Globalização**. São Paulo/SP: HUCITEC, 1997.

RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e Meio Ambiente, Reflexões e Propostas**. São Paulo/SP: HUCITEC, 1999.

SACHS, I. Transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo/SP: Brasiliense, 1993.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro/RJ: Garamond, 2002.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro/RJ: Garamond, 2004.

SALVATI, S. S. Turismo responsável como instrumento de desenvolvimento e conservação da natureza. In: BORN, R. [Org.]. **Diálogos entre a esfera global e local: contribuições de organizações não governamentais e movimentos sociais brasileiros para sustentabilidade, equidade e democracia planetária**. São Paulo/SP: Peirópolis, 2002.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Meio Ambiente. **Diretrizes para uma política Estadual de ecoturismo**. São Paulo: Coordenadoria de Educação Ambiental (NEPAM); Unicamp, 1997. Documentos Ambientais.

SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (Org.) **Viagens à Natureza; Turismo, Cultura e Ambiente**. 2. ed. Campinas/SP: Papirus, 1997. 150p. (Coleção Turismo)

TRIGO, L. G. G. **Turismo e Qualidade; Tendências Contemporâneas**. 5.ed. Campinas/SP, 1993. pág. 109-111. (Coleção Turismo)

VIEIRA, M. L. **Imagem Turística de Itanhaém: litoral Sul Paulista**. 1997. Tese (Doutorado em Geografia), IGCE - Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro/SP, 1997.

YÁZIGI, E. **Turismo: uma esperança condicional**. 2.ed. ver. e ampl. São Paulo/SP: Global, 1999.

Recebido em agosto de 2007

Aprovado em dezembro de 2009